

Síntese de Audiência

Dia: 25 de junho de 2013

ENTIDADE: Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF

ASSUNTO: Normas constantes das Propostas de Lei n.º 145, 153 e 154/XII/2.^a (GOV)

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Paulo Batista Santos (PSD), Vice-presidente da Comissão;
- Carlos Silva e Sousa (PSD);
- Isabel Santos (PS).

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência enquadrou-se no âmbito da apreciação, na Comissão, da [Proposta de Lei n.º 145/XII/2.^a \(GOV\)](#) – *Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas*, da [Proposta de Lei n.º 153/XII/2.^a \(GOV\)](#) – *Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e, enfim, da Proposta de Lei n.º 154/XII/2.^a (GOV)*, que *Institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.*

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública abriu os trabalhos, dando as boas-vindas à delegação do SCIF-SEF e apresentando os Senhores Deputados presentes, em representação da Comissão. De seguida, deu conta da metodologia de condução dos trabalhos, após o que passou de imediato a palavra ao Sindicato, para uma intervenção inicial.

O SCIF, para além do parecer remetido em sede de apreciação pública, deu conta do seu entendimento quanto à ausência de consulta, pelo Governo, no âmbito do anteprojeto de propostas de lei, recordando tratem-se de um sindicato não filiado em qualquer central sindical.

De seguida, e relativamente a diversas normas constantes das iniciativas legislativas suprarreferidas, deram conta da necessidade de salvaguardar algumas especificidades, nomeadamente quanto:

- à não percepção de quaisquer (outras) remunerações por prestação de trabalho extraordinário decorrente do facto de receberem um único suplemento (no que reporta à Proposta de Lei n.º 145/XII/2.^a),
- ao facto de trabalharem por turnos (quanto à Proposta de Lei n.º 153/XII/2.^a), e
- à existência de um tratamento diferenciado entre as diferentes forças e serviços de segurança, que, em acréscimo, têm determinadas possibilidades (de mobilidade) limitadas (quanto à Proposta de Lei n.º 154/XII/2.^a). Alertaram, ainda, para as consequências de algumas normas constantes na proposta de regime de requalificação constante da Proposta de Lei n.º 154/XII/2.^a.

Previamente à intervenção dos Grupos Parlamentares, o Senhor Vice-Presidente da COFAP recordou a tramitação, em curso, das referidas propostas de lei.

Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Isabel Santos (PS) e Carlos Silva e Sousa (PSD), que tomaram boa nota das informações prestadas, com vista à subsequente apreciação das iniciativas.

O Senhor Vice-Presidente da COFAP agradeceu a presença do SCIF-SEF, após o que deu por encerrados os trabalhos.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Diversas informações sobre a [audiência](#), nomeadamente a documentação entregue, podem ser encontradas na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 25 de junho de 2013

O Vice-Presidente da Comissão
Paulo Batista Santos